



AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: INCLUSÃO E PERMANÊNCIA ESCOLAR

Juciani Severo Corrêa - UNIFRA¹

Resumo: Este artigo relata a pesquisa realizada no ano em 2011, sendo esta continuação de mais de 6 anos de estudo sobre o tema. Trata-se de uma investigação sobre o Programa Bolsa Família e sua contribuição para a permanência na escola dos alunos beneficiários, tendo como objetivo analisar sua contribuição como alternativa de inclusão social das crianças de classes menos favorecidas à escola, segundo a visão dos professores das instituições de ensino selecionadas. Foram entrevistados dez professores que atuam nos diversos setores escolares, tais como orientação educacional, direção, supervisão escolar e docência. O processo metodológico caracterizou-se pela pesquisa qualitativa, sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas, ouvindo a opinião das pessoas envolvidas no processo escolar. O trabalho é embasado na contribuição de diversos autores que estudam a relação educação e Bolsa Família e que dão suporte à análise do contexto investigado.

Palavras-Chave: educação; inclusão; políticas sociais; programa bolsa família.

Considerações iniciais

Atualmente, a educação constitui um dos principais temas de discussões e reflexões de órgãos governamentais e sociedade civil. Sua relevância deve-se ao fato de abranger questões sociais, econômicas, políticas e culturais dos diferentes países que vêem na educação formal o pilar das mudanças estruturais da sociedade.

Nesse contexto, recebe atenção especial a educação voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência cidadã. Para tanto, os dados sobre a realidade brasileira estão a exigir várias mudanças no âmbito cultural, social, econômico e político, sempre em busca de respostas e alternativas para que se atinja um nível de vida de melhor qualidade. E o e mais indicado instrumento de mudança é a educação.

Nesse sentido, surgiu como uma das alternativas de mudança o Bolsa Família que tem como meta vincular a transferência de renda à permanência da criança e adolescente na escola.

¹ Professora dos Cursos: Filosofia, Pedagogia e Psicologia do Centro Universitário Franciscano.

Para melhor compreender a colocação acima, é necessário que se faça uma reflexão sobre conceitos que poderão elucidar o papel do homem na busca do exercício pela cidadania e inserir, nesse contexto, a contribuição do Bolsa Família como alternativa de beneficiar famílias de baixa renda, propiciando-lhes a oportunidade de promoção social, por meio da educação.

Baseando-se na educação como meio de inclusão social, os órgãos governamentais buscaram novas oportunidades sociais, criando políticas públicas e sociais na esfera Federal, Estadual e Municipal. De maneira geral, as políticas sociais têm por objetivo a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade. Esses programas são destinados a pessoas de baixa renda, como é o caso do Programa Bolsa Família.

A proposta do tema partiu dos pressupostos das possíveis contribuições do Programa Bolsa Família para a inclusão e manutenção das crianças de classes menos favorecidas na escola.

Amparando-se nos relatos dos entrevistados e em dados referentes ao ano de 2011 apresentados pela prefeitura municipal de Santa Maria – RS, este estudo visou analisar as contribuições do Programa Bolsa Família como possibilidade de inclusão e permanência das crianças de classes menos favorecidas na escola. Para operacionalizar esta investigação, foram estabelecidos os seguintes objetivos: identificar o posicionamento dos professores sobre as contribuições e limitações do Programa Bolsa Família como fator determinante para a permanência das crianças na escola; verificar e analisar ações escolares relacionadas ao controle e acompanhamento da frequência das crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

A educação na atualidade

Segundo Pontili (2004), muitas pesquisas realizadas na área da economia têm apresentado a importância da escolaridade para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para a autora, o nível de escolaridade no Brasil é, em média, de 6,4 anos, considerado baixo em relação a outros países da América Latina. A partir dessa realidade, foram estabelecidas mudanças na forma de gestão de ensino público brasileiro, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e, principalmente, o interesse e permanência do aluno na escola.

Nos anos 90, foi declarada em Jomtien, na Tailândia, a Educação Para Todos², tida como um marco para o planejamento e efetivação de políticas educacionais no mundo e ratificando-se como um conceito inserido nas agendas dos distintos governos para a garantia de acesso e permanência na Educação Básica, por meio da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos provenientes de diferentes grupos e culturas:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Estas necessidades abarcam tanto as ferramentas essenciais para a aprendizagem (como literatura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos teóricos e práticos valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem varia de país a país em sua cultura e muda inevitavelmente com o transcurso do tempo (WCEA, 1990, p.157 In FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 98).

As propostas de Educação Para Todos, desde Jomtien e também as que a seguiram, foram muito significativas, porque viabilizaram o espaço para uma larga discussão sobre a necessidade de os governos efetivarem propostas que admitissem a diversidade dos alunos e os meios para garanti-las, tendo, como decorrência, o compromisso de lutar pela inclusão educacional.

Programas de cunho social, com a intenção de minimizar as consequências das desigualdades sociais que atingem grande parte das famílias brasileiras também colaboram para alargar as possibilidades de sucesso e permanência escolar entre estudantes de baixa renda. Como exemplo, temos o Programa da Merenda Escolar, que proporciona, durante todos os dias letivos, no mínimo uma refeição diária a todos os alunos matriculados no ensino público da educação básica.

Outro programa voltado para inclusão educacional é o Bolsa Família que vincula a frequência escolar a um complemento na renda mensal das famílias beneficiadas. Partindo disso, o foco deste trabalho é estudar como o Programa Bolsa Família tem contribuído para a inclusão e manutenção das crianças de classes menos favorecidas na escola.

² Nos anos 80, a estagnação e decadência econômica, o rápido aumento da população, as diferenças econômicas crescentes entre as nações e dentro delas as lutas civis, a violência e a morte de muitas crianças que poderia ser evitada. Esses problemas dificultaram os avanços da educação básica em muitos países menos desenvolvidos que poderia ser evitada. Esse era o contexto social para que em 1990 fosse organizada a Conferência Educação para Todos (www.unesco.org.br Acesso em 14/06/2007).

Pobreza e exclusão social

Mesmo no século XXI, a exclusão social permanece presente no Brasil, atingindo grande parte da população. Nosso país mudou bastante nos últimos tempos, em termos sócio-político-econômicos, porém, as desigualdades sociais, permanecem distanciando cada vez mais o poder aquisitivo entre os mais ricos e pobres.

A exclusão social é um fenômeno do passado e do presente e, se não houver mudanças substanciais na política sócio-econômica para uma distribuição de renda mais justa, será também do futuro. Segundo Estivill (2003), os conceitos de exclusão e pobreza são considerados concomitantes, se sobrepõem e comumente são complementares³.

Contudo, não se pode restringir a concepção da pobreza exclusivamente como falta ou insuficiência de renda. Segundo Aguiar (2002), a definição usada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD- *“que vê a pobreza como a ausência de escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento da vida humana, o fenômeno é constituído por três eixos fundamentais: a pobreza material, a pobreza intelectual e a pobreza social”* (AGUIAR, 2003, p. 16).

Os pobres, no entanto, são submetidos, a todo instante, a situações de privação de capacidades e os exemplos são os mais diversos, entre eles, o trabalho infantil imposto às famílias por uma questão de sobrevivência, acarretando, conseqüentemente, a falta de acesso à educação e à saúde ou/e promovendo esse acesso de maneira precária.

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de indefinição de pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa” (Sen, 2002; p.109).

A renda mínima, sob o contexto de nossa realidade, não pode partir do pressuposto de que os motivos que dificultam o acesso ao mercado de trabalho, aos bens primários da sociedade e que aumentam ainda mais a “desigualdade na distribuição da renda” estão vinculados a “estigmas” contra grupos étnicos e sociais. É nesse contexto social de crise e desemprego que podemos situar inúmeras famílias brasileiras que, para sobreviverem,

³ Esses conceitos podem ser melhor compreendidos: ESTIVILL, Jordil. Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.

tornam-se suscetíveis a inserir crianças e adolescentes no mundo do trabalho, complementando o orçamento familiar e minimizando sua situação de pobreza.

Aguiar (2002) diz ser possível afirmar que programas de garantia de renda mínima, aplicados de maneira independente, não são capazes de atuar efetivamente no rompimento dos ciclos geracionais de pobreza e de desigualdade social. Essas variáveis não representam somente uma questão de renda. “Nenhuma renda distribuída aos pobres poderia garantir o mínimo de bens e acesso a serviços básicos de qualidade necessários, nos padrões modernos, para sair da condição de pobreza e mesmo da exclusão social” (Aguiar, 2002; p.32). A renda mínima, para se tornar um meio de combate à pobreza e à desigualdade, seria interessante estar vinculada a outras políticas sociais.

Cabe ao Estado, nesta conjuntura, buscar novos meios para a superação de barreiras existentes na sociedade, que acabam distanciando os excluídos dos acessos aos bens e serviços, neste caso, o da inclusão escolar, do direito à educação.

Pelos critérios do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil é de 0,757, o que o situa entre os países de médio desenvolvimento humano. De acordo com o Índice de Gini, instrumento para medir a desigualdade da renda, nosso país se encontra entre os piores países do mundo. Neste sentido, Aguiar (2002, p. 61) apresenta alguns dados:

O alto grau de desigualdade correlaciona-se fortemente com a fraca estrutura educacional brasileira. É verdade que se ampliou a matrícula enormemente nos últimos 10 anos, porém ainda se convive com altas taxas de evasão escolar no ensino fundamental. O ensino médio no país ainda está muito longe de ser satisfatório. Atende hoje, conforme dados de 1999, somente 32,6% dos jovens de 15 a 17 anos.

Para o autor mencionado acima, esses dados da realidade educacional e social foram decisivos para que, em 2001, o Governo Federal lançasse o Programa Nacional de Bolsa Escola, tendo como “meta o atendimento de 5,9 milhões de famílias e 10,7 milhões de crianças de 6 a 15 anos em todo o país” (AGUIAR, 2002, p. 61). Não basta simplesmente matricular as crianças e adolescentes na escola, é necessário um envolvimento de todos, viabilizando a permanência e também uma educação de qualidade, visto a educação ser um direito e um princípio de cidadania.

A educação e a cidadania

A educação compõe um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, devendo ser assegurada pelo poder público, designado para prover as condições necessárias à sua efetivação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A escola é uma instituição marcante na vida das pessoas, independentemente do ponto de vista político-educacional. Neste espaço, decorrem diferentes tipos de aprendizagens e de socialização entre os seres humanos.

O verdadeiro sentido e o objetivo da escola inserem-se na compreensão de cidadania que considera a existência humana:

O homem só é efetivamente cidadão se pode efetivamente usufruir os bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sua sustentação política (SEVERINO apud AZEVEDO, 1997, p. 308).

Dessa forma, o ensino brasileiro, a partir da Lei 9.394/96 – a – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quer preparar o aluno para o exercício consciente pleno da cidadania, qualificando-o para o trabalho, a partir de princípios e bases filosóficas assim configuradas: respeito à igualdade, à gratuidade do ensino público. Isso tudo para que o aprendizado se processe, para que o ensino possa ser viabilizado, para que a pesquisa e a divulgação da cultura sejam operacionalizadas, ensejando a expressão do pensamento, o desenvolvimento da arte e a obtenção do saber.

Implementação do Programa

Para diminuir a evasão escolar, foi criado, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o programa “Bolsa Escola Federal”.

Segundo Pesaro⁴ (2002):

[...] O sucesso de uma política social depende, dentre outros fatores, da magnitude dos recursos envolvidos na execução e, principalmente, do correto emprego desses recursos. Portanto, a seleção dos potenciais beneficiários, ou seja, o foco da política, é elementar para se iniciar a avaliação do grau de eficiência da ação desenvolvida.”

⁴ Antônio Floriano Pereira Pesaro foi Secretário Nacional do Programa Bolsa Escola Federal, durante o Governo Fernando Henrique.

O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação – Bolsa Escola - está baseado na própria Constituição Federal de 1988, que define, em seu Art. 205, a educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família”.

O Bolsa Família⁵ é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 140 mensais, cujo benefício financeiro permite o acesso aos direitos sociais básicos, saúde, alimentação, educação e assistência social.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, a pobreza não é um fenômeno isolado e os programas sociais funcionando separados uns dos outros têm diferentes cadastros de beneficiários e parte significativa das famílias são inscritas em apenas um programa.

O Bolsa Família unificou todos os benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) do governo federal num único programa. Essa medida propiciou uma maior agilidade na liberação do benefício, diminuindo burocracias e propondo a facilitação ao controle dos recursos.

O objetivo desta proposta de unificação era extinguir a fragmentação, a superposição de funções e o desperdício de recursos públicos. Suas inovações são:

- a) passa a proteger a família inteira ao invés do indivíduo;
 - b) aumenta, e muito, o valor dos benefícios pagos;
 - c) simplifica juntando todos os programas num só;
 - d) mais que dobra os recursos destinados à complementação de renda no país;
 - e) exige um maior compromisso das famílias atendidas;
 - f) potencializa as ações de governo, articulando União, Estados e Municípios.
- (www.fomezero.gov.br)

As famílias elegíveis são compostas por:

- 1) famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita até R\$ 70,00;
- 2) famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens entre 0 e 16 anos incompletos, com renda mensal de R\$ 70,01 até R\$ 140,00 per capita. Inicialmente, serão atendidas pelo programa as famílias que já estão no cadastro único. (www.fomezero.gov.br)
- 3) famílias integrantes do Programa Bolsa Família que tenham adolescentes de 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos frequentando a escola.

Ao participar do Programa Bolsa Família, a família compromete-se a cumprir as seguintes condições: a) manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola; b) cumprir cuidados básicos de saúde, calendário de vacinação para crianças de 0 a 6

⁵ www.fomezero.gov.br Acesso em 10/01/2012.

anos; c) cumprir a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mulheres que estão amamentando.

Segundo o ex Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, o Bolsa Família é direcionado a toda a família. Contudo, para os coordenadores Federais do Bolsa Família, para garantir a intersetorialidade, é fundamental que conte com a participação dos técnicos de educação, saúde e assistência social, incluindo a coordenação do Cadastro Único. De preferência, a coordenação municipal deve ser formada por técnicos da prefeitura que já são responsáveis pelos programas Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e pelo Cadastro Único.

Cadastro Único é um Banco de Dados voltado para o planejamento e avaliação das ações sociais que proporciona aos governos Federal, Estadual e Municipal uma visão abrangente da população de baixa renda, na medida em que possui os dados sócio-econômicos das famílias com renda mensal per capita de até R\$ 140,00. O fator determinante para o seu cadastramento é que a família esteja em situação de pobreza.

Atualmente, as famílias pobres são aquelas com renda entre R\$ 70,00 (setenta reais) e R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa. Para que essas famílias se integrem ao Programa, é imprescindível que os municípios as identifiquem e as cadastrem no Cadastro Único dos Programas Sociais, propiciando sua seleção para o Bolsa Família pelo Governo Federal.

O acesso à escola, já foi conquistado, o grande desafio é o de garantir a permanência da criança e do adolescente nos bancos escolares até concluir seus estudos e também até que tenha a possibilidade de subsidiar o seu sucesso na “escola” e na “vida”. A inclusão educacional ocorre através de promoção, do acesso e da qualidade, com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades.

Programas de distribuição de renda mínima associados à educação, como o Programa Bolsa Família, fazem parte do conjunto de variáveis tanto de caráter pedagógico quanto socioeconômico. Essa política constitui um dos mecanismos utilizados pelo Governo Federal como forma de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola.

O Bolsa Família é um Programa de renda mínima que integra a complementação de renda ao acesso à educação, assim como a permanência escolar. Os beneficiários do programa são crianças de famílias muito pobres que sem o auxílio de uma bolsa mensal provavelmente

se evadiriam da escola. O intuito do Programa é elevar o grau de escolaridade e permanência das crianças para aumentar as oportunidades sociais.

Procedimentos metodológicos

A ênfase da investigação centrou-se no Programa Bolsa Família como uma alternativa de inclusão e permanência na escola de alunos de classes menos favorecidas, tendo como fonte a visão dos professores que atuam na docência e em outros serviços escolares. Buscou-se a confirmação de que o Bolsa Família tem contribuído ou não para a manutenção dessas crianças nos bancos escolares.

A construção do instrumento orientou-se pelos objetivos da pesquisa e pelas questões mais gerais propostas para a mesma, como: dentre os fatores que incentivam a permanência da criança na escola, qual a contribuição do Bolsa Família? A assiduidade das crianças melhorou com a implementação do Programa Bolsa Família? A ênfase da investigação centrou-se no Programa Bolsa Família como uma alternativa de inclusão e permanência na escola de alunos de classes menos favorecidas, tendo como fonte a visão dos professores que atuam na docência e em outros serviços escolares. Buscou-se a confirmação de que o Bolsa Família tem contribuído ou não para a manutenção dessas crianças nos bancos escolares.

As etapas desenvolvidas iniciaram-se pelo levantamento sobre a realidade das escolas. A partir do resultado desse procedimento, elegeram-se as instituições, seguindo-se a pesquisa de campo.

A área escolhida para a pesquisa foram duas escolas públicas de ensino básico de Santa Maria - RS, sendo uma municipal e outra estadual. A escolha para trabalhar com escolas públicas foi porque essas estão em contato direto com os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os sujeitos da pesquisa são em número de dez professores, que atuam nos diversos setores escolares, tais como orientação educacional, direção, supervisão escolar e docência.

Quanto ao instrumento de pesquisa optou-se pela entrevista semi-estruturada que, acredita-se, permite o contato mais livre com o pensamento dos sujeitos. A construção do instrumento orientou-se pelos objetivos da pesquisa e pelas questões mais gerais propostas para a mesma, como: dentre os fatores que incentivam a permanência da criança na escola,

qual a contribuição do Bolsa Família? A assiduidade das crianças melhorou com a implementação do Programa Bolsa Família?

Ao coletar os dados, houve empenho em ser fiel às opiniões dos integrantes das duas escolas investigadas. As entrevistas foram gravadas digitalmente e transcritas na íntegra para possibilitar uma análise adequada e aprofundada, passou-se à ordenação e classificação das informações de acordo com os objetivos do tema proposto.

Buscou-se confrontar o material obtido nas entrevistas com o referencial teórico da pesquisa, na intenção de analisar a visão que possuem os professores das instituições selecionadas sobre a maneira de como o Programa Bolsa Família tem contribuído para a inclusão e manutenção das crianças de classes menos favorecidas na escola.

Os resultados da pesquisa

A fim de analisar as contribuições que o Programa Bolsa Família oportuniza como alternativa de inclusão e permanência das crianças de classes menos favorecidas na escola, buscou-se, inicialmente, identificar o posicionamento dos professores sobre as contribuições e limitações deste Programa como fator determinante para a permanência das crianças na escola.

Percebe-se que a maior preocupação das famílias está centrada no medo de perder o benefício, e não em buscar uma nova atitude diante das circunstâncias vivenciadas até então. Os pesquisados estão seguros ao afirmar que os alunos permaneceram mais tempo na escola depois que passaram a receber o benefício. Por outro lado, ainda colocam em dúvida as razões dessa permanência, uma vez que não percebem um envolvimento efetivo dos alunos com as tarefas escolares. Este comprometimento fica por conta da pressão das famílias que temem perder o benefício, porque, para muitas delas, essa é a única fonte de renda; por isso, o Bolsa Família passa a ter significado vital em suas existências, o que as leva a terem o cuidado com as exigências feitas pelo Programa no sentido da manutenção do mesmo. Conforme destacam os entrevistados, os próprios pais verbalizam o temor de ficarem sem aquele dinheiro que o benefício lhes proporciona.

Quanto à assiduidade, pode-se constatar que os alunos permanecem mais na escola. No entanto, o número de faltas ainda continua elevado, o que, certamente, acaba interferindo no desempenho escolar do aluno. Apesar de apresentarem muitas faltas, os alunos não

abandonam a escola e mantêm o vínculo com a instituição, embora não demonstrem um comprometimento maior com os verdadeiros objetivos da educação.

Quanto à questão - aumento do número de matrículas – a maioria dos profissionais da educação respondeu que não houve um aumento do número de alunos matriculados após a implementação do Bolsa Família nas escolas selecionadas. Conclui-se que não é possível relacionar Bolsa Família e aumento de matrícula. Justifica-se, entretanto, que as escolas envolvidas neste processo de pesquisa não ofereceram aumento de vagas, pela simples razão de não haver aumentado o espaço físico e, conseqüentemente, não podendo receber mais alunos. Além disso, conforme relatam as direções, as famílias apenas realizam as inscrições na escola de seu interesse, mas as vagas são efetivadas por uma central de matrículas em cada região e encaminhadas para a escola de acordo com o número de vagas disponíveis. Como estas escolas não ofereceram aumento de vagas, fica o questionamento “relação Bolsa Família e aumento de matrícula” sem relevância. Quando foram elaboradas as questões para entrevista não se tinha conhecimento deste detalhe. Ele somente passou a ter significado no momento em que se foi informada de que a escola não havia oferecido novas vagas para ingresso de alunos. Por esta razão, pode-se dizer que nas duas escolas onde se realizou a pesquisa não houve aumento de matrícula, o que não quer dizer que em outras localidades em que o processo de ingresso à escola seja realizado de forma diferente esta realidade possa ser comprovada.

Quando questionados sobre a maneira como Bolsa Família tem contribuído para a inclusão e manutenção das crianças de classes menos favorecidas na escola, todos participantes desta investigação enfocaram o viés financeiro do Programa.

Num segundo momento, procurou-se verificar e analisar ações escolares relacionadas ao controle e acompanhamento da frequência das crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Percebe-se que a escola procura fazer uso dos mecanismos de controle disponíveis, ao mesmo tempo em que alerta aos pais quanto às penalidades a que estarão sujeitos pela infrequência do aluno. Existe um controle permanente da frequência escolar, com o preenchimento da ficha FICAI⁶, que aciona o Conselho Tutelar quando o aluno apresenta um número significativo de faltas.

⁶ FICAI – Ficha de comunicação do aluno infrequente

Os entrevistados enfatizaram que o Bolsa Família tem contribuído para sanar parte das necessidades econômicas das famílias, porém pouco ou quase nada tem contribuído com o compromisso dos pais com a educação dos filhos.

Dessa forma, aponta-se a desvinculação histórica de políticas sociais brasileiras da política macroeconômica e educacional, mantida em relação aos programas de transferência de renda, o que pode ou não reduzir esses programas a uma funcionalidade compensatória ou de mera distribuição de renda.

Entretanto, acredita-se que a inclusão e permanência de futuras gerações de crianças e adolescentes na escola exigem mudanças significativas no sistema educacional e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o propósito de levantar questões relativas à contribuição do Bolsa Família para a permanência dos alunos beneficiários do Programa na escola.

Considera-se o Programa não como uma medida permanente, mas como um fator transitório que pode contribuir para a emancipação dos sujeitos envolvidos, através de sua inserção e permanência no cotidiano da escola.

Os pais incentivam os filhos a frequentar as aulas ou pela necessidade de manutenção do benefício (as crianças procuram a escola pela pressão dos pais) e ou pela distribuição da merenda escolar, mas sem um envolvimento maior com a educação e crescimento pessoal.

Acredita-se que o Programa Bolsa Família atua de forma significativa no sustento de muitas famílias brasileiras, tem atenuado a pobreza, mas ainda não está conseguindo promover a emancipação de seus beneficiários.

Com este trabalho não se teve a pretensão de esgotar os estudos e investigações sobre o tema, mas evidenciar algumas pistas que devem ser perseguidas para o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família. Muitos estudos e reformulações serão necessários, bem como novas medidas complementares até que se consolide de fato a inclusão social.

Ao concluir este estudo, ressalta-se que o homem só será efetivamente cidadão quando estiver integrado à sociedade, ao mercado de trabalho, exercendo uma participação mais ativa e crítica da vida social e política, promovendo o crescimento pessoal e da sociedade em que está inserido.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Marcelo. **Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, n. 1, jan/jun.2002. v.28.
- BUARQUE, Cristovam. **Choque de idéias**. Senado, 2004
 _____. **Transbordamento ou inclusão**. Senado, 2004.
- BRASIL PARA TODOS. Material de divulgação. Brasília: 2004-2006.
- CAMARGO, José Marcio. **Pobreza e garantia de renda mínima**. Folha de São Paulo, 1991.
 _____. **Os miseráveis**. Folha de São Paulo, 1993.
- COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO RUMO A 2022, 2006. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: julho de 2007.
- CURY, Carlos Jamyl. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
 Cadernos de pesquisa, n. 124, p. 11-32, 2005. v 35. Disponível em www.scielo.com.br .
 Acesso em: junho 2007.
- DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. Campinas: Papirus, 1996.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154. Disponível em ww.scielo.com.br. Acesso em: maio 2007
- DUTRA, Cláudia P. **Diferentes olhares sobre a educação**. SEE/MEC São Paulo, 2005.
- ESTIVILL, Jordil. **Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3.ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2003.
- INEP. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em: junho/julho de 2007.
- LEAL, Alzira Elaine Melo; SOUZA, Carlos Eduardo Gerzson de. **Construindo o conhecimento pela pesquisa: orientação básica para a elaboração de trabalhos científicos**. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.
- MARQUES, Maria Ornélia. **Educação popular, democracia e qualidade de ensino**. 2003. Movimento de educacion popular e promocion social. Disponível em: www.feyalegria.org/biblioteca. Acesso em: julho de 2007

- MINAYO, M.C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- PEREIRA, Maria Arleth. Impacto do neoliberalismo na educação superior. **Revista Práxis Educacional**. n.3. Editora do DFCH/UESB. Jul-dez. 2007.
- para todos. **Anais**. Brasília: MEC/SEF, 1994.
- PONTILI. Rosangela. **A infra estrutura escolar e as características familiares influenciando a frequência e o atraso no ensino fundamental**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2004.
- POCHMANN E AMORIM, Marcio e Ricardo (Org). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- PESARO, Antonio Floriano Pereira. Cartilha Bolsa Escola Federal. Brasília, 2002. **II CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR**. Brasília: 2004